



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26 DE NOVEMBRO DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Bom dia a todos. Presentes os Vereadores Arselino Tatto, Danilo do Posto, Marlon Luz, Silvia da Bancada Feminista, Rubinho Nunes e também o Vereador Marcelo Messias, que acompanha esta audiência pública. Obrigado pela presença, Vereador.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 32ª audiência pública do ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, pelo YouTube, no canal TV Câmara de São Paulo, e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada desde 19 de novembro no *Diário Oficial da Cidade*, no dia 22 no jornal *O Estado de São Paulo*, e 23 no jornal *Folha de São Paulo*. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência: Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pelo Dr. Daniel Carone, Assessor de Gabinete - convido o Dr. Daniel, caso queira, a compor a Mesa conosco.

Senhor João Manoel da Costa Neto, Diretor-Presidente da SP Regula, neste ato representado pelos Srs. Mauro Haddad Nieri e Davi Tegangno. Também os convido a compor a Mesa conosco. Obrigado pela presença.

Senhor Roberto Bernal, Subprefeito de São Mateus.

Senhor Jefferson Martins, Gerente de Aterro Ecourbis, neste momento representado pelo Sr. Ednei Rodrigues Silva, Superintendente de Engenharia, e pelo Sr. Luis Sergio... É Akira que está escrito aqui? Acho que é Akira. Também os convido a compor a Mesa. Se pronunciei errado o sobrenome, eu peço desculpas. Se os senhores quiserem ficar daí ou daqui, é a critério dos senhores, mas fica o convite também para compor a Mesa conosco. Eu peço assessoria para colocar a cadeira para os senhores.

Senhor Thomaz Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
 NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 43

REUNIÃO: **20911** DATA: **26/11/2024** FL: **2** DE 42

Paulo, Cetesb.

Doutor Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Ilustríssimo Sr. Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Doutor Marcos Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Doutor Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral. Aproveito para registrar a presença do Vereador Hélio Rodrigues - obrigado pela presença -, e do Vereador Alessandro Guedes. É, são todos.

Passemos à pauta. Segunda audiência pública, PL 799/2024, de autoria do Executivo. Prefeito Ricardo Nunes. Dispõe sobre a alteração do Mapa 2, constante no Artigo 383, Inciso I, da Lei Municipal 16.050, de 2014, bem como estabelece o órgão competente para a definição da área beneficiária da compensação ambiental.

Vou apenas suspender esta audiência por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Reaberta a sessão, reitero que estão abertas as inscrições. Enquanto o público presente faz as inscrições, passamos ao público inscrito pelo sistema virtual, o sistema Teams.

Primeira inscrita, Luciana Vilardo de Freitas Figueras. (Pausa) Está ausente. Senhor Sérgio. Consta apenas como Sérgio na inscrição. (Pausa) O Sr. Sérgio está ausente. Senhor Carlos Tadeu de Oliveira. (Pausa) Está ausente. Senhora Elaine Alves. (Pausa) Está ausente. Senhora Carmen Guilherme. (Pausa) Está ausente.

Registro a presença da senhora Tamires Carla, chefe de gabinete da Secretaria do Verde pelo sistema Teams.

Peço à assessoria a lista de inscritos presenciais, por gentileza.

Senhora Elaine, eu vi que a senhora acabou de entrar novamente pelo sistema Teams. Se a senhora quiser fazer uso da palavra, a senhora tem a palavra pelo prazo de três minutos, na forma regimental, a Sra. Elaine Alves, sendo a quarta vez que eu convido a Sra. Elaine Alves, vou entender como desistência. Passemos aos inscritos presenciais.

Iniciando pela Sra. Maria Elizabeth Grimberg, do Instituto Polis.

Reitero aos presentes que, na forma regimental e, pelo precedente desta Comissão, o prazo é de três minutos improrrogáveis. Sra. Maria Elizabeth, a senhora tem a palavra. Desde já agradeço pela presença.

A SRA. MARIA ELISABETH GRIMBERG - Bom dia a todas e todos presentes. Eu cumprimento a mesa através do Vereador Rubinho Nunes.

Gostaria de iniciar a minha fala dizendo que ontem, no jornal *SPTV2*, da Globo, foi entrevistado o Professor Doutor Urbanista Kazuo Nakano. Foi meu colega, aliás, no Polis, por muito tempo. Ele questionou o projeto não ter passado no Conselho de Política Urbana.

Então, a minha primeira pergunta é se esse projeto vai passar no Conselho de Política Urbana?

Foi também mencionado, nessa matéria, que o projeto envolve a derrubada de 10 mil árvores. Vocês poderiam confirmar isso, por favor?

Também eu gostaria de perguntar se vocês têm estudos do impacto dessa derrubada de 10 mil árvores no meio ambiente, especialmente para a população local, lembrando que é uma área remanescente de Mata Atlântica.

Em terceiro lugar, eu gostaria de comentar também que essa alteração do macrozoneamento é para implantar, como vocês expuseram amplamente na audiência passada, um ecoparque que vai abrigar, essencialmente, um incinerador. E os incineradores são muito polêmicos.

Foi dito que está tudo controlado, os filtros vão controlar as emissões de poluentes orgânicos persistentes, de gases de efeito estufa, e isso é bem polêmico, porque cientistas de vários locais do mundo também têm trazido informações, é por isso que nós estamos aqui, não

derrubada sobre o meio ambiente, especialmente os impactos sobre o que a população estava aqui falando de enchentes, que já acontecem, etc. Enfim, qual é o impacto, lembrando que é uma área remanescente de Mata Atlântica?

A quarta questão é sobre a alteração do macrozoneamento, se é para implantar, como sabemos, um ecoparque como foi amplamente apresentado pelo Presidente da Ecourbis, salvo engano.

É controverso esse equipamento, é muito controverso se trouxe só a visão de quem acredita que esse equipamento está modernizado e tem inovações. Foi argumentado que não é igual sim ao Vergueiro e ao de Pinheiros, que existiram no passado. Em vários lugares do mundo existe um alerta de que, por exemplo, a União Europeia criou uma taxonomia proibindo investimentos novos em incineração. Então, isso diz alguma coisa, não é porque é bom.

Eu queria perguntar, lembrando que são 10 anos que se elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e, em 10 anos, nós teríamos, se implantado, tivessem sido feitos aditivos ao contrato, porque se tem uma nova lei, tem que se adequar à lei, nós teríamos desviado de aterro 71% dos resíduos orgânicos e dos resíduos recicláveis secos.

E eu pergunto, pergunto alto, fiquei me perguntando durante todo esse processo, que teve pouquíssima ou nenhuma discussão da prorrogação desse contrato, por mais 20 anos, teve um debate público em maio do ano passado, e só porque a audiência pública fechada do TCM não dá para considerar um debate público esclarecedor.

Então, para fechar, eu diria por que não implantar sistemas de biodigestão, de fato, em quatro pontos da cidade, poderia se iniciar com a Zona Leste - já estou concluindo -, para tratamento e sim captura de metano para geração de energia renovável?

Não se pode dizer que queimar, gerar resíduos para queimar é renovável. Desculpe, pessoal, isso aí não dá. Então sim biodigestão seria uma solução, integrando catadores em compostagem em escala aeróbia e também em sistemas de ampliação, dando realmente infraestrutura e escala para a coleta seletiva, com as cooperativas de catadores que estão aí prontas para ampliar o seu trabalho.

Eu queria concluir dizendo, vamos realmente pensar em uma São Paulo do futuro, referência para o mundo, como cidade resíduo zero que não enterra e não queima? Eu acho que é esse o futuro que nós queremos para a nossa cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sra. Maria Elizabeth. Sra. Evelyn Toledo Dias, da Sociedade Civil e Conselheira do Verde e Meio Ambiente.

A SRA. EVELYN TOLEDO DIAS - Bom dia a todos. Como Sociedade Civil, Conselheira do Verde e Meio Ambiente e Embaixadora do Clima, que são duas atividades que eu me dedico de forma voluntária, porque acredito numa cidade inclusiva e sustentável para todos, quero aqui perguntar - já emendando no que a Beth trouxe, do Instituto Polis - se vocês consideraram a questão da legislação que proíbe a derrubada de árvores protegidas, como são as espécies de Mata Atlântica.

Segundo, nós temos um grande déficit de área verde na cidade, é sabido por todos. Então, nesse sentido, não é possível que a cidade permita que se retire qualquer árvore da cidade. As árvores prestam serviço ambiental importantíssimo e de alto custo. Não é considerado nos projetos o custo qualitativo dos serviços ambientais que eles prestam.

Então, eu coloco como munícipe e exijo que isso seja respondido.

Por fim, para complementar, com uma visão holística integrada de cidades inteligentes, o recurso do resíduo orgânico é um recurso econômico, não é lixo.

Ele tem um valor. Ele tem uma importância econômica. Isso está sendo contabilizado? Porque é algo que traria muitos resultados para a cidade e isso não é considerado nesses projetos que desmatam, que misturam os resíduos e não fazem o processo de separação adequada na origem, envolvendo todo mundo, não só os municípios, mas as entidades, as empresas, todo mundo que presta serviço, as concessionárias, para que os resíduos orgânicos tenham o devido valor e voltem, de novo, para a cadeia, no conceito de economia circular...

Então, ou seja, quando a gente ainda mantém uma estrutura de cadeia linear na cidade, é sinal de que São Paulo está indo contra as tendências mundiais de cidades que

integram um conceito de cidades inteligentes, que trabalham e atuam... O aproveitamento, a otimização de todos os recursos... Vamos lembrar que árvores... A natureza é recurso econômico. Os resíduos orgânicos são recursos econômicos; os resíduos sólidos, também – embora não seja, diretamente, a pauta, aqui.

Então, como munícipe, eu deixo aqui a minha rejeição a essa proposta e gostaria que vocês respondessem aos questionamentos que eu coloquei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Evelyn. Sra. Dora Lima, do Movimento dos ODSs – São Paulo... Antes, eu encerro as inscrições, já dado o prazo o regimental. Sra. Dora, a senhora tem a palavra.

A SRA. MARIA DAS DORES LIMA – Bom dia a todos e a todas. Parabéns, por quem está assistindo a esta reunião *on-line*, a todos que estão aqui. Eu sou educadora ambiental. Sou articuladora da Agenda 2030 na capital de São Paulo e esta Prefeitura assinou os objetivos sustentáveis e tem a temática de mudanças climáticas. E eu estou numa Casa Legislativa, que deve cumprir a lei, articular a lei, e não aprovar nenhum projeto fora da lei.

Eu deixo a mesma pergunta que as nossas amigas fizeram: dez mil árvores, para concluir esse projeto? Eu nem entro no mérito do projeto, se ele é oficial, é bom ou é ruim. Já inicio perguntando: derrubar dez mil árvores, em São Paulo, devido às mudanças climáticas? A gente está, aí, com a COP30. Este Legislativo aprova esse projeto? Se é verdade que, para executar esse projeto, nós vamos derrubar essas árvores... E eu pergunto a todos nós, aqui, aos nossos Legisladores: sem água, há vida? Nós saímos de uma pandemia e já provamos isso, que o ar não tem fronteiras. O que acontece aqui acontece no mundo. Acontece em todos os lugares. Então, eu deixo aqui uma reflexão para esta Câmara, que este... Estamos discutindo esse projeto.

Nem poderíamos estar discutindo esse projeto se ele já começa... Se essas dez mil árvores precisam ser derrubadas... Então, por aí, eu faço um apelo, aqui, como educadora ambiental, como uma pessoa que já teve câncer, que é influência na organização. O que a

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 8 DE 42

Organização Mundial de Saúde diz? O quanto a gente adoece devido à falta de cuidado com o meio ambiente? E que... A Organização Mundial também diz... E o SUS? O que onera o SUS, por este motivo?

Então, eu quero, como ser humano, que... Sem ar e sem árvores, não há vida – e, sem água, também não há vida. Eu deixo aqui um apelo aos Vereadores desta Casa, para que reflitam se realmente a gente precisa desse tipo de projeto, desmatando mais ainda o que a gente já desmatou demais. Então, repito e encerro, dizendo: dez mil árvores, dez mil vidas, 500 mil vidas. É necessário matar para construir um projeto? Deixo essa reflexão e eu tenho certeza de que os senhores, como humanos que são, dependendo, aqui, dessas árvores, dependendo da água e do ambiente... Vocês não irão aprovar este projeto.

É isso. Muito obrigada. E aguardo a resposta dessa derrubada de árvores, já questionada aqui por todos os nossos colegas. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Dora. Convido, agora, o Sr. Francisco Eduardo Brito, do Movimento Defenda São Paulo.

Já estão encerradas as inscrições, Cido.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITO – Bom dia. Eu sou o Francisco Eduardo Brito, do Movimento Defenda São Paulo, e também membro do movimento Frente São Paulo pela Vida.

Eu gostaria de entender a ordem desta audiência, porque eu pensei que nós teríamos a oportunidade de entender melhor, a partir do que seria dito aqui por todos... E, ao final, emitir a nossa opinião, emitir o nosso pensamento... Então, ao falarmos, primeiro, sem termos uma clara noção do que vem depois, parece-me uma ordem um pouco invertida. Eu sinto falta... Até porque a gente vive numa cidade gigantesca... Os problemas que todos conhecem... E todos percebem que é uma cidade doente. É uma cidade que, assim... Ela está na UTI, a gente pode dizer assim. Então, a gente vive correndo para apagar pequenos incêndios, aqui e ali, e não conseguimos ter a noção completa do que está acontecendo na cidade.

Então, por exemplo, eu faço parte, também, da Associação Vila Mariana. A gente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 9 DE 42

fls. 50

está na luta, lá, contra a derrubada das árvores, exatamente contra a derrubada das árvores na Avenida Sena Madureira, num projeto superultrapassado de túnel que privilegia veículos, como certamente os senhores e as senhoras sabem. De repente, então, surge isso. Surge esse PL.

Não sei se é falha nossa, de não ter esse conhecimento, de não estar sabendo disso, mas me parece que não, dada a extensão do dano, dada a extensão da proposta. São 10 mil árvores, como foi tão frisado aqui – e é fundamental frisar: são 10 mil árvores, gente. Isso não é brincadeira e eu peço que observem que esse maciço verde... Ele é contíguo ao Parque do Carmo. Às vezes, não se tem grande noção. O Parque do Carmo começa aqui e termina ali. Onde é o Parque do Carmo? Porque tem uma grande área verde em volta, gigantesca área verde, que... Trata-se dessa área colada no Parque do Carmo, numa região que sofre demais – a zona Leste – com falta de verde, com toda a situação de enchentes a partir de grandes tempestades.

Então, assim, efetivamente, pelo Movimento Defenda São Paulo, que há 41 anos atua na cidade, a gente está vindo aqui para expressar um “não”, a princípio. A princípio, um grande “não”, mas... Que, logo na sequência, isso se torne, então, para os senhores e as senhoras que conduzem esse processo, a abertura de uma discussão mais ampla, porque, assim, não é impunemente que a cidade de São Paulo vai tirar 10 mil árvores dali.

E a gente aproveita para falar de uma coisa extremamente óbvia, que nunca é falada em questões assim. Onde está a coleta seletiva em São Paulo? Onde está a reciclagem de resíduos sólidos? É por aí que tem que começar, pelos resíduos sólidos e pela questão da reciclagem de materiais e de resíduos sólidos, também.

Então, assim, fica expresso que a sociedade civil alerta. Não entende a derrubada de 10 mil árvores, sem uma discussão absolutamente ampla e buscando alternativas realmente sustentáveis a essa altura do drama que a cidade de São Paulo vive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Convido a Sra. Nanci Darcoléte, do Pimp My Carroça.

A SRA. Nanci Darcoléte – Bom dia. Obrigada à Mesa, Sr. Rubinho. Quero fazer o agradecimento a todos, aqui, na pessoa do nosso querido Hélio Rodrigues e da Silvia. Muito obrigada por vocês estarem aqui, na defesa do nosso município, em defesa de tudo aquilo que a gente acredita.

Eu sou a Nanci Darcoléte. Eu sou uma catadora. Sou Diretora do Pimp My Carroça e sou uma catadora da região Leste, de uma organização que se chama Recicle a Vida. Eu sou moradora do Aricanduva e, naquela região, a gente tem uma luta histórica de preservação da APA do Carmo. Um colega falou da região do Parque do Carmo e Morro do Cruzeiro. Temos acompanhado, desde 2014, com o contrato que foi feito com a EcoUrbis, esperando o processo de reposição. O processo que tinha de adequação para aquela região, que não aconteceu. As enchentes naquele local são muito sérias e severas. Quando chove, a gente fica debaixo d'água. E aquelas entradas de lá, na Ragueb, as obras que tem, são transtornos terríveis.

Além do mais, temos como vizinho aquele Polo Petroquímico, que tem uma fuligem muito séria. Nós, em São Mateus, sofremos os efeitos do ar daquele complexo petroquímico. Eu, como moradora da zona Leste, gostaria de entender por que um desmatamento tão grande, dez vezes maior do que a área que vai ser construída uma planta, em um lugar tão sacrificado já por tantas obras grandes? Quando a gente fala de lixo, do Aterro São João, de várias coisas que já ocorreram lá.

Outra coisa, eu, como moradora, fiquei sabendo por amigos, porque sou do Movimento Nacional de Catadores, a gente conversa com o PÓLIS, conversa com vários movimentos sociais. Mas, na nossa região, ninguém está sabendo. Então, eu gostaria muito de fazer o pedido de que haja mais audiências e que a população possa ser ouvida. Que todos na zona Leste possam ter entendimento do que os senhores estão propondo para a região e que possam opinar, possam falar do que acontece na região. Apesar do que, eu sei que muitos de vocês, hoje, conhecem bem a nossa região. Sabem dos problemas que nós temos, sabem dos problemas que encontramos no fundão da zona Leste.

Outra coisa, além de pedir mais audiências, eu gostaria também de falar para vocês,

senhores integrantes da mesa, pois, ao que me parece, não se buscou saber, de fato, a vontade do povo morador da região, que será o mais impactado com o projeto, assim como a vontade da população de São Paulo, em geral, no que diz respeito à contratação de incineradores de resíduos sólidos urbanos para a cidade de São Paulo. Não apenas um, mas quatro incineradores. Esse aqui, enfim, a justificativa do licenciamento e do PL seria para a construção de um Ecoparque justamente na área onde seria construído um incinerador.

É um tema a respeito do qual a Defensoria Pública elaborou uma nota técnica que eu gostaria de anexar ao PL, se possível, Vereador Rubinho. Eu conversei com o seu assessor, se possível, eu gostaria de fazer esse anexo e contribuir também com essa Casa.

Gostaria de dirigir alguns questionamentos ao representante da Secretaria do Meio Ambiente, eu não sei se tem algum representante aqui. Está *on-line*? Se ele puder nos responder ou então se a resposta puder vir por escrito também, acho que seria bem importante, porque esses questionamentos visam, na verdade, subsidiar a própria atuação da Defensoria Pública no assunto.

Bom, primeiro questionamento, eu penso em relação ao licenciamento, realmente me causou uma certa preocupação o fato de que uma atividade foi licenciada e depois está se debatendo um projeto de lei - vamos dizer assim - para aquela atividade que foi licenciada. Então, não sei se a atividade foi licenciada corretamente, já que está se precisando da alteração de um projeto de lei.

O meu questionamento é o seguinte: o empreendimento que está denominado na licença de instalação, se chama Área de Movimento de Solo Isolada CTL. Então, eu gostaria dessa informação, acho que é importante para todos aqui presentes, no que consiste exatamente esse empreendimento, porque aqui, como já foi dito, esse empreendimento pressupõe a derrubada de 10 mil árvores, e em seguida a instalação de um incinerador. Gostaria de saber que empreendimento, exatamente, é esse e esse empreendimento é de significativo impacto ambiental? Não deveria ter precedido de EIA/RIMA? Esse é um questionamento. Acredito que todos aqui precisam entender essa lógica, Vereador Rubinho. Se não, quais foram os estudos

que subsidiaram a concessão da licença de instalação? E foi dada publicidade aos estudos ambientais? Como que essa publicidade foi dada? A população foi informada a respeito disso? Por ocasião desses estudos, houve debate com a população de forma prévia à concessão da licença de instalação? Se não houve, por que a Secretaria entendeu não ser necessária, essa participação social? Por que isso aconteceu? E, por fim, eu gostaria também de deixar uma última pergunta. Quais os impactos - a Elisabeth Grimberg, que me sucedeu também, ressaltou essa pergunta, acho importante - quais os impactos socioambientais diagnosticados no estudo ambiental com relação à população do território, e as medidas compensatórias propostas?

Acredito que essas respostas são importantes e esclarecedoras para a deliberação do Poder Legislativo e para conhecimento da população em geral.

Muito obrigado, Vereador Rubinho.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Dr. Paulo. Reitero aos representantes do Executivo para que tomem nota, ao final serão feitos os esclarecimentos.

Tem a palavra a Sra. Valquíria Cândido da Silva, do COPEPAC.

A SRA. VALQUÍRIA CÂNDIDO DA SILVA - Bom dia a todos. Cumprimento a todos na mesa. Estar aqui, para mim, é muito difícil, porque estar sobre os olhares, a gente sente os olhares pesados, que a gente vem aqui para defender a pauta. Atravessei a cidade, vim do Grajaú até aqui, para deixar registrado. A gente, enquanto cidadã, enquanto catadora, eu sou de uma cooperativa de catadores, e para mim é difícil entender - que a gente já está há mais de dez anos, 16 anos na coleta seletiva na cidade de São Paulo - como se criam leis que são favoráveis ao poder econômico e a gente sempre fica na base.

Deveria ter mais cooperativas na cidade de São Paulo, e não existem leis que favorecem a implantação de centrais de triagem na Cidade. E como que é essa disparidade? A gente está lá na base, e como que o poder econômico domina a cidade de São Paulo com uma caneta? Eu estou falando porque eu trabalho debaixo de sol e de chuva, eu tenho quatro filhos, eu sou catadora, eu trabalho, eu pego no movimento. Então, agora, a gente está com um projeto de levar as questões da compostagem.

Como que a gente vê a derrubada de dez mil árvores, sendo que a gente não tem água limpa mais para beber na cidade de São Paulo? A gente tem que ter a disposição final dos resíduos, primeiramente, e tem que abrir mais postos de trabalho. Como que a derrubada de árvores vai abrir mais postos de trabalho? Eu estou nervosa, mas eu queria deixar registrado aqui que mais centrais de triagem deveriam ser implantadas na Cidade, e não existem leis para isso.

E esse projeto de derrubada de árvores vai na contramão da defesa do meio ambiente e da população da periferia. A gente que é morador da periferia, a gente sente na pele o poder das mudanças climáticas. E aí você vê as pessoas, uns olhando no celular e nem prestando atenção no que a gente está falando. E aí a gente vem aqui deixar registrado isso. Isso a Globo não mostra, porque esta minha fala aqui é um grão de areia na imensidão das discussões que está tendo aqui. Ninguém vai dar importância para o que eu estou falando, mas eu vim deixar registrado que a gente precisa defender o meio ambiente e não a derrubada de mais árvores.

E que tenha mais audiências públicas, que tenha mais pessoas aqui da periferia ouvindo o que está acontecendo, mais mulheres, mais mães, mais crianças, mais adolescentes ouvindo o que está acontecendo aqui, porque definir a derrubada de dez mil árvores com meia dúzia de pessoas, isso é uma covardia, então que haja mais audiências públicas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado pelas considerações, Sra. Valquíria. Obrigado também pelo deslocamento até aqui. É um prazer receber a senhora.

Registro a presença conosco da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que está na galeria com 40 alunos. Obrigado pela presença de cada um de vocês. É um prazer recebê-los aqui na Câmara. Sejam muito bem-vindos.

Convido agora a Sra. Rosalia La Rubia, munícipe. Estava com saudade da senhora já, Sra. Rosalia.

A SRA. ROSALIA LA RUBIA - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui de novo,

vamos continuar extraindo. Por que a gente precisa ter tanto...? Eu não sei, a gente precisa começar a repensar a nossa maneira, porque senão a gente vai pagar o preço. Vai pagar o preço e vai falar para o filho: Ah, desculpa, filho, eu paguei o preço. Achei que algum cientista tivesse uma ideia genial de um guarda-sol gigante a preço módico para nos proteger da emergência climática.

Eu acho que, em síntese, era isso. Só mais um avisinho. Hoje, a Linha Vermelha do metrô, ficou parada. Muita gente não conseguiu se locomover da Zona Leste para cá. Então, eu não sei se seria interessante marcar outra audiência, devido a falta de transporte público para as pessoas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Eu já convoquei outra audiência, Sra. Rosalia, para a semana que vem. Sr. Luciano Santos, da Associação dos Moradores do Pinheirinho.

O SR. LUCIANO SANTOS NUNES DE AZEVEDO - Bom dia a todos. Quero agradecer ao Vereador Alessandro Guedes, companheiro nosso e da nossa comunidade, é um defensor lá de São Mateus há muito tempo, da CPI do Polo Petroquímico também.

E eu ouvi várias falas, o Dr. Paulo fez várias indagações que são pertinentes, que a gente até gostaria depois de pegar esse relatório que ele fez. Porque são coisas que têm que ser tratadas na nossa comunidade.

A companheira falou há pouco a respeito das pessoas que não estão presentes. Tem uma outra sala aqui no subsolo, que tem pessoas que queriam participar desta audiência e não puderam entrar. A gente vê que tem tantos espaços aqui, mas o direito de participar de uma audiência que é pública está sendo negado a elas.

A nossa comunidade está a cerca de 600 metros dali. Eu quero falar diretamente como morador que está bem próximo do Aterro Sanitário. Quero fazer alguns questionamentos também em relação a essa tratativa com as comunidades que estão no entorno e de tudo aquilo que foi feito anteriormente no Aterro Sanitário, que deveria ter sido destinado também às nossas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 58

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 17 DE 42

comunidades, mas que não chegou. Questão de geração de energia, desconto em conta, são algumas indagações que a gente recebe lá na nossa comunidade.

Em relação ao aterro que foi implementado, a gente sabe que dificilmente vai ser levado para outro lugar. São despejadas lá em torno de 7 mil toneladas, por dia.

A gente queria saber também, complementando essas outras falas, o que vai ser feito em relação às comunidades que estão no entorno, porque a gente já sofre muito com essa questão. Lá tem bastante área verde, mas muitas vezes o que é feito com o que poderia ser utilizado para as comunidades no entorno vai para outras regiões.

Então a gente queria que nesta audiência fossem consideradas as famílias que estão no entorno, as comunidades, as associações, as lideranças de bairro, para que elas fossem comunicadas, fossem chamadas para participar, porque somos afetados diretamente.

A gente está lá perto, às vezes sente o odor quando o tempo está um pouco mais quente. Então quem sofre mais diretamente - estamos vendo pessoas aqui outras regiões -, mas somos impactados diretamente lá na nossa região.

Então a gente queria pedir que a região do entorno do aterro fosse ouvida, as comunidades, tem muita liderança boa lá que, por causa do horário, hoje não puderam vir aqui. Mas eu represento essas pessoas.

E pedir encarecidamente que haja as audiências e que todo mundo possa ser ouvido, principalmente as comunidades do entorno. Está bom? Obrigado.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sr. Luciano. Registro a presença do Vice-Presidente da Câmara, o Vereador João Jorge.

Tem a palavra o Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Presidente, o líder comunitário Luciano disse que tem gente em outro auditório?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Eu já ia esclarecer. Na verdade, está sendo realizada uma audiência no oitavo andar, pela Comissão de Finanças, que deve ser referente ao

orçamento. O auditório lotou, as pessoas que não adentraram são da audiência da Comissão de Finanças.

Nesta audiência ninguém foi impedido de entrar. As portas estão abertas. Inclusive, acabei de mandar mensagem para a Vereadora Elaine, caso ela quisesse descer com os alunos ou uma parte deles, porque nós temos local no plenário. Qualquer pessoa que estiver na Câmara e quiser chegar aqui, basta vir que terá acesso à audiência.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Só para destacar o que eu disse à Sra. Rosalia, a próxima audiência do PL 799, foi convocada para o dia 2 de dezembro, às 14h, na Sala Sérgio Vieira de Melo, no primeiro subsolo.

Convido agora o Sr. Nabil Bonduki, arquiteto, professor da USP e Vereador eleito. Obrigado pela presença, Vereador.

O SR. NABIL BONDUKI - Obrigado, Vereador. Cumprimento todos os Vereadores presentes, todos aqueles que vieram participar desta audiência.

Eu queria debater esse projeto sob três pontos de vista, porque há três questões que estão colocadas aqui.

Em primeiro lugar, é a mudança do Plano Diretor para transformar uma área que hoje está na macroárea de proteção ambiental e de proteção dos ecossistemas, que é uma área onde não é permitido implantar o equipamento que se está pretendendo implantar.

Foi feita uma revisão do Plano Diretor, que muitos participaram, na verdade, no ano passado, e o zoneamento acabou vindo para este ano, portanto, a menos de seis meses. Esse assunto não foi tratado dentro do ponto de vista geral da cidade, que é como uma mudança de Plano Diretor tem que ser tratada, não é uma coisa picotada, porque senão a gente perde uma estratégia de desenvolvimento para a cidade, e esse assunto não foi colocado.

Então, a primeira questão é fundamental e que está na origem desse projeto, na origem da mudança de uma macrozona, que está diretamente ligada ao que, alguns já falaram aqui, à questão da emergência climática.

É inacreditável que a gente trate um assunto que é tão grave, como a emergência climática, dessa maneira, simplesmente com uma mudança por projeto de lei, sendo que o próprio Plano Diretor, um dos artigos que foi modificado, coloca exatamente a importância de se considerar a mudança climática como uma diretriz de desenvolvimento urbano e ambiental. Portanto, eu acho essa uma primeira questão fundamental.

A segunda questão diz respeito ao licenciamento ambiental. Como é que se faz um licenciamento ambiental numa área onde não era permitido, porque, como ainda não foi feita a mudança da macrozona, e, portanto, daquilo que pode ser feito naquela zona, se fez um licenciamento ambiental. Na verdade, esse licenciamento ambiental só poderia ser começado depois de uma questão que seria um obstáculo prévio a qualquer implantação de um equipamento, como o que está sendo feito.

Agora, o que é mais surpreendente é que, se vocês forem analisar o processo, nós temos, primeiro, o chamado estudo de viabilidade ambiental, que foi feito por uma empresa chamada Centro Ambiental, consultores em meio ambiente. Essa empresa, Centro Ambiental... Ela é a mesma que fez o estudo de viabilidade do túnel da Sena Madureira e que... No túnel da Sena Madureira, como eu denunciei, semana passada, eles simplesmente reproduziram, nesse estudo de viabilidade ambiental, o estudo que tinha sido feito 15 anos atrás, no estudo de impacto de vizinhança para aquela mesma obra. Foi uma mera... Quase uma mera reprodução, o que já me deixou desconfiado sobre a capacidade técnica dessa empresa e a sua idoneidade, que precisa ser também investigada.

Bom, mas, o mais surpreendente é o seguinte: nesse estudo de viabilidade ambiental, eu vou dar os números, aqui, porque eu acho que é importante e são... E é importante a gente se dar conta. Nesse estudo de viabilidade ambiental, que é o estudo necessário para fazer o licenciamento, o que diz, aqui, é o seguinte: que vai ser necessária a supressão de 35 exemplares de espécies nativas em APP e três exemplares de exóticas da APP. Certo? E 56 exemplares serão preservados. É isso que diz.

No entanto, o manejo será mais bem detalhado quando da apresentação das plantas,

com um estudo ambiental que seja mais competente do que esse, feito por esse Centro Ambiental, que eu não sei de quem é, mas eu já estou com pulga atrás da orelha, porque é a mesma empresa fazendo vários estudos de viabilidade ambiental – e todos eles suspeitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Nabil. Obrigado pelas contribuições. Desde já, convido o Sr. Carlos Tadeu de Oliveira, do Pimp My Carroça, mas, antes, eu agradeço aos professores Roseli e Eugênio, que vieram aqui, com a Vereadora Elaine do Quilombo e com os alunos da Escola Estadual Prof. Napoleão de Carvalho Freire. Muito obrigado pela disponibilidade de virem até aqui. Eu, particularmente, considero muito importante essa presença dos alunos na Câmara, pelo ambiente democrático, pela conscientização. Parabéns pelo trabalho dos senhores. Muito obrigado.

Sr. Carlos Tadeu, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS TADEU DE OLIVEIRA – Muito boa tarde. Eu sou o Carlos. Sou representante de uma ONG chamada Pimp My Carroça, que trabalha no apoio a catadores e catadoras de material reciclável.

Eu gostaria de fazer uma primeira pergunta, que é a seguinte: por que o projeto precisa devastar uma área de 325 mil metros quadrados, sendo que a planta da usina ocuparia apenas 25 mil metros? Então essa é uma pergunta, a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: se existe, realmente, o propósito da Prefeitura de reduzir o volume de resíduos enviados a aterros sanitários – e este é um... O Sr. Mauro Haddad está aqui e poderia nos explicar se este é um propósito da nova política, da nova gestão de resíduos da cidade de São Paulo, se existe essa determinação, se realmente isso se coaduna com o que vocês estão falando ou, apenas, é só um discurso, mas, se existe isso, por que ampliar, então, a área do aterro? Por que mais área para aterro, contígua ao aterro, para construir um ecoparque? É absolutamente contraditório.

Em terceiro lugar, eu queria dizer o seguinte: esta Casa, bem como a Administração Direta, deveria fazer mais audiências – e mais: deveriam fazer audiências no local, porque a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 65

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 24 DE 42

de Mata Atlântica por um incinerador de lixo, sim ou não? Não! A população não quer a sua substituição. A população quer as árvores, a mata. A população não quer incinerador de lixo, sabe por quê? Porque a cidade de São Paulo não cumpre aquilo que estabeleceu o plano de coleta de resíduos sólidos, de 2014. Existe um plano nessa cidade que deveria estar sendo cumprido. Hoje a cidade de São Paulo coleta menos de 1% de resíduos orgânicos.

Então assim, uma cidade que não cumpriu o plano de 10 anos atrás, porque se tivesse cumprido, nós estaríamos - se nós estivéssemos compostando, se nós estivéssemos reciclando - nós teríamos 71% de aproveitamento dos resíduos sólidos e ninguém estaria falando em fazer aterro sanitário, em ampliar aterro sanitário, em fazer incinerador de lixo. Ninguém estaria falando isso. Mas como a prefeitura não cumpriu com o plano de 2014, agora inventou essa coisa mirabolante, num contrato de lixo, sem licitação, feito às pressas, não é só um incinerador, me parece que são quatro. Quatro incineradores de lixo na cidade de São Paulo. Isso vai na contramão da emergência climática. Isso é negacionismo científico. Negacionismo porque a ciência está aí para dizer que não é para fazer isso, a Rosalia falou muito bem. Hoje já tem seguradora cobrando, alagamento, enchente, vendaval, por quê? Tem gente querendo lucrar com a emergência climática. Será que é isso que está acontecendo na nossa cidade? Não! Temos que ficar desconfiados, porque se tem empresa lucrando com a morte, vocês viram aí a questão dos cemitérios, deve ter empresa querendo lucrar com os desastres climáticos. Inaceitável este projeto. A população de São Mateus não merece isso. Não merece ficar com mais calor, com mais poluição, mais doente. A população de São Paulo não merece isso. Mas isso é plano de quem vive no ar-condicionado, porque se vivesse igual as catadoras no sol quente, com quatro filhos para sustentar, tendo que ficar o dia inteiro empurrando uma carroça de reciclado para fazer o trabalho que a cidade de São Paulo não faz, não estava com um plano desse.

Então, parabéns às catadoras. Parabéns às pessoas que vieram aqui com coragem dizer não a este projeto contra qualquer tipo de ciência, contra qualquer tipo de lógica, porque a gente precisa de mais árvores e menos concreto.

É isso. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Com a palavra a Sra. Tamires Carla de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretária do Verde e Meio Ambiente, para os esclarecimentos que julgar pertinentes, agradeço toda a atenção e o acompanhamento da audiência. Muito obrigado.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA - Obrigada, Vereador. Não estou vendo todos que estão na mesa, mas obrigada pelo convite. Eu acho que cabe esclarecer algumas coisas em relação ao licenciamento ambiental, como todos levantaram o questionamento. Tudo que foi feito até agora, o termo de compromisso ambiental e o licenciamento ambiental de instalação, seguiram todo o rito procedimental, contam com cláusulas de eficácia e cláusulas que condicionam uma série de coisas. Se isso não for totalmente cumprido, eles não têm validade, né? Então, essa, enfim, tudo que está sendo discutido aqui é justamente para alcançar esses objetivos.

Quanto ao corte de árvores, é importante salientar que estamos falando aqui do corte de 7.483 mil árvores que são invasoras, como o Nabil citou muito pontualmente os números do TCA e isso também vai de encontro com o que a gente mesmo propôs no nosso plano da Mata Atlântica, que é justamente da recuperação e da conservação do Bioma. Estamos falando, apesar de estar sendo motivado por um empreendimento, todas essas árvores aqui que vão ser suprimidas, elas vão ser compensadas por árvores nativas na Mata Atlântica, que vão ultrapassar 20 mil árvores e todas elas serão plantadas na região, inclusive 10 mil árvores no próprio local do empreendimento, 4 mil árvores na área do Cabeceiras do Aricanduva e 5 mil árvores no rodeio.

Destaco também uma questão, acredito que bastante pessoas conhecem a área, ao lado temos o Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva, que foi criado nessa gestão. A gente desapropriou, fizemos aquisição daquelas áreas, justamente protegendo as nascentes do rio Aricanduva. Eu tenho destacado isso em todas as falas que tenho feito por aí, porque quando a gente fez isso, praticamente ninguém reconheceu.

Então, assim, o Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva foi criado nessa gestão, as nascentes estão sendo protegidas, essa unidade de conservação, esse novo parque natural para a região de São Mateus e Cidade Tiradentes está sendo implantado. As pessoas vão poder usufruir de tudo isso e temos acompanhado ali todo o desenvolvimento da região.

Quanto às questões mais técnicas relacionadas ao empreendimento em si, acho que o Mauro deve estar aí na mesa, imagino, para poder tirar todas as dúvidas. As dúvidas pontuais também que o Defensor - não anotei o nome, me desculpa - ele solicitou, a gente está totalmente à disposição para encaminhar por escrito, como ele sugeriu, e eu entendo que, enfim, acho que tem muitas coisas aí para desmistificar, as audiências públicas são para isso mesmo, enfim, para gente debater, discutir.

A cidade de São Paulo que é uma cidade supergrande, a gente tem uma população de quase 12 milhões de habitantes. Acho que o pessoal da SP Regula deve ter colocado aí que são milhares de toneladas de resíduo todo dia, e não é uma única solução que vai resolver todo esse problema, e o projeto que está sendo proposto pela SP Regula, ele traz uma variedade de soluções para o tratamento de resíduos, nós estamos também começando a revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para os próximos 20 anos, e todas essas coisas estão sendo consideradas, ainda haverá muito debate com a população.

Tudo que a gente está fazendo leva em consideração, sim, toda a política ambiental, inclusive, tudo o que está sendo colocado ali está em acordo, inclusive, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, nada está sendo feito de uma maneira solta, aleatória, sem qualquer estudo profundo e, enfim, para buscar as melhores soluções para o município de São Paulo. Eu fico totalmente à disposição para tirar outras dúvidas, participar de outras audiências, receber quem tiver qualquer dúvida também na Secretaria, a gente está aqui para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Tamires, muito obrigado pelas ponderações. Eu convido agora o Sr. Ednei Rodrigues, superintendente de engenharia da Ecourbis. Sr. Ednei, se o senhor quiser fazer uso tanto do microfone de aparte, que é o de baixo,

quanto da tribuna, fica a seu critério, o que for mais conveniente. Particularmente, eu acho a tribuna mais adequada pela Mesa, mas fique à vontade. Obrigado, desde já pela presença e pelas considerações, Sr. Ednei.

O SR. EDNEI RODRIGUES SILVA – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, Vereadores, pela oportunidade. Eu quero agradecer também a palavra pela outra audiência, na qual a gente pôde apresentar o projeto. Eu acredito que tudo que foi falado aqui cabe, merece estudo. A gente, durante toda a fase de implementação, será escutado, a gente vai ponderar. Eu só quero colocar que toda essa questão que foi colocada se bateu muito na questão do incinerador. Tudo que foi aprovado na Política Nacional de Resíduos Sólidos, quanto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos de 2022, isso é uma parte da solução. Quando a gente fala em ecoparque, você tem uma área, se eu não me engano, de 125 mil metros quadrados que a gente está falando. E como muito bem se falou aqui, a gente está falando que esse empreendimento vai ocupar 20 mil, 25 mil metros quadrados. Todo o resto é justamente para parte de tratamento de infração orgânica, parte de novas tecnologias.

Há uma área, porque em 20 anos a gente considerar que nada vai evoluir, também é um erro. Então, a solução, como ela foi tratada, ela foi muito além do simples fato de gerar energia através de resíduo. Então, eu acredito que a discussão é válida, ela merece e ela será feita a tempo e a hora na fase de licenciamento. O que a gente está discutindo agora é a questão da liberação do início dos estudos de licenciamento para esse empreendimento. Então, eu acredito que foram colocados os pontos, eles serão estudados, mas se está se focando só em uma questão, sendo que serão diversos pontos.

Aliás, essa área que a gente está falando, ecoparque, e até a Vereadora que fez o uso da palavra, infelizmente ela não pôde ver a nossa apresentação na última semana, dentro desse parque vai ter um parque de uso público. Um parque justamente para a comunidade usufruir que vai ser aberto ao público. Quer dizer que, além de todas essas tecnologias de tratamento de resíduo, a Prefeitura também está se preocupando em fornecer uma área que vai agregar outras coisas, além do fato de tratar resíduo, o uso público dessa área.

Eu acho que uma questão que não foi abordada e foi levantada é a questão, claro, as árvores são importantes, a Tamires colocou muito bem como elas serão colocadas e como elas são tratadas dentro de todo um rito ambiental. Mas há uma parte social que foi ponderada aqui, o que a região ganha com isso.

A gente abordou de maneira superficial a questão da geração de empregos naquela última oportunidade, na audiência passada, e eu quero frisar um ponto aqui. Nós visitamos, para desenvolver todas essas alternativas que foram solicitadas por uma legislação federal, e agora que São Paulo decidiu fazê-las, que requerem muita mão de obra, mão de obra técnica, e isso traz para aquela região toda uma mudança social que isso carrega, e claro, isso também a gente está buscando, fazer programas de desenvolvimento técnico com essas pessoas, porque quando a gente fala de tecnologias que você traz para tratamento de resíduos, você não está falando: concordo, e é isso que São Paulo está buscando, a questão dos aterros é uma coisa do passado, e realmente está melhorando, só que os aterros são necessários.

Mesmo que você trate o resíduo, evite tudo, você sempre vai ter algum rejeito, e esse rejeito precisa ser disposto de forma adequada. Então aquela área é uma área reservada para o uso desse tipo, para descartar esses rejeitos, e São Paulo está buscando reaproveitar tudo isso. Então quando a gente fala dessa parte social, nós visitamos, e até para verificar a complexidade dessas novas tecnologias disso que está sendo trazido, durante as obras, você tem cerca de 300 a 400 pessoas em média, com picos de 600 a 700.

Então toda a questão do entorno, a questão econômica melhora com esse tipo de empreendimento. E assim como, quando você está falando, e como eu digo que não é só a questão de geração de energia através de resíduos, e sim a parte de recuperação dentro dessa área que se pretende fazer o ecoparque, você tem também toda essa parte de transporte que será necessário para levar esses produtos que serão recuperados para as empresas que vão fazer o uso dessa matéria. E toda a mão de obra que será necessária para esse aumento de volume de tratamento de resíduos. Então eu acredito que tudo isso, a gente precisa também colocar nessa discussão, toda essa parte de geração social vai vir junto com esse projeto, que é

importante. Isso vai ser todo o motivo de um licenciamento específico, essa questão da geração de energia através dos resíduos. Esse assunto não acaba aqui, ele inicia aqui, e falar que isso está sendo demandado aqui é um ponto, quando você coloca os problemas dessa geração de energia através dos resíduos, dentro de uma área que vai conceber outros usos públicos importantes para o município.

Então eu quero ponderar sobre isso com vocês, para realmente a gente abrir essa caixa e não se ater somente a um ponto da questão, mas se não a todas essas faces que a gente tem envolvida nesse projeto. A Tamires pontuou muito bem a questão das árvores, como isso foi tratado, e, bom, eu acredito que nesse momento eu ponderei sobre o que eu queria mencionar, sobre todo esse projeto, e aí eu convido o Luís Sérgio, que é o nosso consultor para essa parte de aterro, para também fazer o uso da palavra, por favor, Sr. Presidente, se possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Se o senhor já quiser assumir a tribuna também, tem a palavra. Ednei, obrigado pelas ponderações.

O SR. LUÍS SÉRGIO AKIRA KAIAMOTO – Bom, bom dia a todos, cumprimento o Vereador Rubinho, todos os Vereadores, toda a Mesa, particularmente eu cumprimento o Vereador Nabil, eu acabei de lembrá-lo, nós trabalhamos juntos há 35 anos, por São Paulo, quando o Vereador era o Secretário da Sehab etc., e pela Zona Oeste, Leste, e assim por diante, então, é um privilégio, Vereador.

Só complementando tudo o que o Edinei já falou, e mais ainda, o que, levantando um aspecto que a Sra. Rosalia levantou, e a Vereadora Sílvia também, sobre a questão da emergência climática. Antes de tudo e de novo, como falei na primeira audiência, falo como paulistano, não só como consultor, mas o que o município de São Paulo faz com seus resíduos, criando verdadeiros biodigestores anaeróbicos e, mais ainda, o que o município de São Paulo gera, 13 mil toneladas por dia, para uma população de 12 milhões de habitantes, é mais do que toda Portugal gera em um dia, e Portugal deposita em 33 aterros. E ao invés desses resíduos sólidos emitirem gás metano para a atmosfera, CO2, todo esse biogás é digerido internamente,

metropolitana de São Paulo é a quinta metrópole do mundo, e tem de dar o exemplo.

Basicamente é isso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado.

Quero registrar e agradecer a presença da comitiva da cidade de Xian, dos representantes do Poder Judiciário da China, com a presença do Presidente da Sociedade Jurídica de Xian, Sr. Peng Chuekai. Muito obrigado pela presença. Peço uma salva de palmas a toda a comitiva. (Palmas)

Em nome da Câmara de São Paulo, cumprimento os senhores e agradeço o prestígio de estarem aqui conosco.

Convido agora o Sr. Mauro Haddad para que faça suas considerações, desde já agradecendo mais uma vez pela presença. Senhor Mauro, se o senhor quiser fazer uso da mesa ou da tribuna, como for conveniente para o senhor ficar à vontade.

O SR. MAURO HADDAD NIERI - Posso ficar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Com certeza.

O SR. MAURO HADDAD NIERI - Aqui eu fico melhor.

Bom, agradecer ao Presidente Rubinho, aos vereadores aqui presentes, Vereador Marlon, Marcelo, Vereadora Silvia, que teve que sair, Vereador Alessandro, Vereador Hélio, João Jorge, que está ali embaixo. Queria, em nome do Presidente João Manuel, agradecer a oportunidade.

E dizer que a SP Regula não pretende colocar a cidade de São Paulo em uma aventura ambiental. O Ecoparque, antes de ser um projeto de gestão ambiental, é um projeto de cuidado ambiental, de controle. Cerca de 43% do resíduo gerado no Brasil hoje vai para lixão, lixão a céu aberto. Não é, Bete? Não é isso, 43%? É mais?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Cinquenta, no Brasil, 50%, então metade. Aqui na cidade de São Paulo é zero. A gente não tem lixão, não tem contaminação de subsolo nos aterros que nós usamos, não tem contaminação no aterro na CTL, no São João, de forma que a cidade

de São Paulo sempre se preocupou com essas questões.

Fato é que, enquanto nós estamos aqui debatendo, discutindo - e extremamente válido e importante -, a cidade de São Paulo continua produzindo lixo. Alguém saiu de casa com um saco de lixo na mão e colocou numa caçamba, colocou num contentor, colocou à disposição da coleta para ser levado para um desses aterros. Isso é fato. Fato é que dezenas de caminhões entraram, nesse tempo que nós estamos aqui, lá no aterro, e vai continuar acontecendo isso ao longo dos anos, até a conclusão do Ecoparque, até a gente conseguir conscientizar as pessoas de que é preciso reduzir, como a Nanci falou.

É preciso obedecer à hierarquia, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os três, cinco R, repensar, reduzir, reutilizar, reciclar, e a valorização daquilo que não tem, não se encontra em nenhuma dessas etapas. Então é isso que a cidade de São Paulo pretende e propõe com os ecoparques. O Ecoparque, como foi falado na reunião passada, é um conjunto de tecnologias, daquilo que o homem pensou, aquilo que o homem desenvolveu, aquilo que a mente humana produziu para facilitar a ciência, a tecnologia, a engenharia, para facilitar esses processos.

Então a nossa meta, da cidade de São Paulo, é de mais de 70% de desvio geral do aterro. O Planares, o Plano Nacional é um pouco menor, nós estamos acima do Planares. E para os secos recicláveis, mais de 30%. Nós temos hoje quase três. Por conta da assinatura, da renovação do contrato, nós já ampliamos, já universalizamos a coleta seletiva na Cidade. A gente tinha 76%, hoje nós já estamos com 100%. É evidente que nesses locais onde nós começamos, agora recente, vai aumentar ainda com o passar do tempo, com a adesão da população os números aumentam. E nós já começamos também, como eu falei na audiência passada, o vidro, que é um material importante para a gente fazer melhorar esses números.

Além disso, notadamente para as cooperativas, já no ano que vem entra o *retrofit* das duas centrais mecanizadas, uma no grupamento da Ecourbis, uma no grupamento da Loga, que faz a separação do material e coloca à disposição das cooperativas para o programa socioambiental do Município. E aqui faço referência à Valquíria Cândido da Silva e à Nanci

Darcolléte, as duas cooperativas fazem parte desse programa.

De forma que a cidade também, neste momento da mudança de Amlurb - SP Regula, se preocupou com a questão dos catadores. Tem lá agora um setor de cooperativismo na SMDET para desenvolver, para apoiar as cooperativas, para a gente poder fortalecer esse trabalho, que é importante sim. Mas hoje não é suficiente só na cidade de SP, não é suficiente no país, por uma série de dificuldades, de conscientização, de apoio.

Recentemente, a *Folha de S. Paulo* fez uma matéria onde 30% não fazia por preguiça, a pessoa decide não entrar na coleta seletiva, Vereador. Tem, eu sei e não vou fazer. O Eco Parque vai tirar o material desse pessoal que não separou, é desse material que nós vamos atrás para não ir para o aterro e a gente fazer a sua recuperação e a valorização.

Essa proposta que nós estamos trazendo para a cidade de SP, é de um conjunto de tecnologias para a redução do material no aterro e para circularidade da economia, porque na hora que se tira do aterro, se recoloca na cadeia produtiva, naquilo que pode ser reciclado. A valorização do material, por exemplo, através da URI. Foi esse projeto, essa proposta que foi apresentada na COP do ano passado, lá em Dubai, no primeiro evento de resíduos oficiais dentro da COP. É um conjunto de tecnologias capaz de a gente atender.

Numa cidade como São Paulo, de 12 milhões de habitantes, onde foi falado também semana passada, as pessoas têm dificuldade de morar, quanto mais de tratar resíduo. A gente não tem espaço, a gente tem problemas de logística, uma série de outros problemas que a gente resolve com tecnologia, com engenharia, com modernidade, e dando dignidade para as pessoas que estão participando desse processo todo e do entorno.

Visitamos, na semana passada, em Londres, há 20 dias, a obra de uma usina de tratamento, o dobro dessa, ao lado de uma que já existe, então, também não é verdade que a Europa está saindo.

Os grandes fornecedores, não vou nem falar da China, mas os grandes fornecedores de tecnologia têm fila de espera de novos projetos ao redor do planeta.

Essa usina de Dubai que nós visitamos, são mais de 5 mil toneladas-dia, é a mesma

coisa. Copenhagen, que é praticamente no centro da cidade, onde é um modelo para a gente, porque é um local de convívio da sociedade, virou um polo de esporte, de cultura, de lazer. Na usina, em cima da usina está a dois quilômetros do Palácio do Rei.

Enfim, o que a cidade de São Paulo quer é, através desse projeto, ter a oportunidade de discutir em EIA-RIMA, nos âmbitos ambientais, o órgão ambiental, a CETESB, no Concema, onde o EIA-RIMA vai ser apresentado e discutido, com a participação da população.

Lógico, o Prefeito Ricardo Nunes se preocupa com o assunto. Falei isso na reunião passada, como ele se preocupou nesse período todo, projeto de mais de três anos, praticamente, de quando ele assumiu a Prefeitura, como ele se preocupou com a qualidade do serviço, se aquilo que a gente estava propondo servia para a cidade de São Paulo e se as pessoas iam ter uma qualidade do serviço adequada.

Porque a gente está falando também da destinação, mas também tem coleta, tem tecnologia na coleta, tem novos modelos de coleta, coleta de comunidades, coleta nesses locais de difícil acesso, para garantirem que o resíduo não gere problemas de saúde, por exemplo.

Então, essa é a preocupação do Prefeito Ricardo Nunes, não é outra. O Prefeito Ricardo Nunes, que criou a primeira Secretaria de Ação Climática, é a da cidade de São Paulo. Então, não tem negligência da atual administração com o tema de mudanças climáticas. O que a gente quer é um projeto ambiental, como o Professor Luiz colocou, combate mudanças climáticas a partir do momento que a gente retira do Meio Ambiente o metano que é muito mais nocivo, aquilo que a gente já faz através do aterro, como ele colocou, que é um biodigestor, e além disso nós teremos nos Ecoparques o tratamento do orgânico e biodigestão também no Ecoparque da zona Norte, na Loga, de forma que nós vamos tratar os tipos de resíduos de acordo com a sua natureza, com o tratamento mais tecnológico, atual, moderno, de engenharia, de acordo com a sua natureza.

Então, Vereador, o que é importante - o Vereador eleito Nabil colocou bem - é uma mudança do Plano Diretor que vai proporcionar à cidade de São Paulo esse debate. Debate hoje, nesse projeto de lei, não é o do Ecoparque, não é o da URI, mas vai proporcionar que a gente

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 35 DE 42

faça no âmbito CETESB, de Concema, aí sim com estudos apresentados de forma parrudos e nós não vamos deixar de exigir isso da concessionária, muito menos a CETESB.

E falar o seguinte, que esse novo contrato - não é um novo contrato - o TAM - Termo Aditivo Modificativo, não são só os marcos contratuais, que ele alterou. Ele alterou todo o contrato, toda a natureza do contrato, inclusive a parte de fiscalização, as penas e as multas. Então, temos metas para as concessionárias...

Eles já me ouviram falar isso. O Ednei está me olhando ali. (Pausa)

Oh, Carlos, além da...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Eu vou pedir ao público que respeite o orador por gentileza.

O SR. MAURO HADDAD NIERI - Além da fiscalização da SP Regula, nós temos, nesse próprio contrato, o verificador independente, que é uma figura de fora da prefeitura, da administração, fora das concessionárias, que o Tribunal de Contas também insistiu para colocar isso, que a gente já pôs. Então, tem o verificador independente também, além da natureza da Câmara, de fiscalização da própria Câmara Municipal, Tribunal de Contas, enfim, dos outros órgãos de controle.

Mas, aquilo que eu estava falando, de forma que, se não cumprirem, tem a tarifa variável, de forma que eles são penalizados, e eu tenho certeza de que o Sr. Prefeito Ricardo Nunes, e o Presidente João Manuel, no caso de inadimplemento das obrigações, vão usar a caducidade nesse contrato.

Então, isso foi amplamente falado, amplamente conversado com todos eles, com o Tribunal de Contas, de forma que a gente tem, hoje, um controle melhor, uma planilha de risco, uma matriz de risco, que a gente tem controle, que não tinha no contrato de 2004, de forma que a gente possa fazer. E essa proposta, toda essa alteração, lembrando, mais uma vez, que foi acompanhado, *pari passu* pelo Tribunal de Contas, inclusive com mesa técnica, no Tribunal, que autorizou, de forma unânime, a SP Regula, assinar esse contrato no controle preventivo que o

Tribunal exerce nos contratos da administração, e levar em consideração, não só a parte jurídica, mas também a parte técnica, nesse debate.

De forma que, de novo, a SP Regula, o Vereador Presidente já falou que teremos outra audiência pública. Continuamos à disposição, Sr. Presidente, e o que a gente solicita da Casa é a aprovação do PL, a alteração dessa área, para a gente poder caminhar com a população, é verdade, nos estudos, para poder ver o tipo de compensação, aquilo que vai ser feito ou não na área. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado, Sr. Mauro Haddad. Antes de encerrar, queria só fazer uma ponderação.

Ouvi atentamente as contribuições de todos os presentes, são argumentos de extrema relevância, mas um fato precisa se tornar bastante claro, e em linguagem até menos técnica, que é o seguinte: hoje a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, SVMA, poderia, por si, na legislação atual, promover a retirada de árvores, só que na legislação atual incumbiria a Cetesb, destinação do local onde essas árvores seriam plantadas, ou seja, poderiam ser plantadas em Mirassol, São José do Rio Preto, Rafard, Bom Jesus dos Perdões, qualquer lugar do Estado.

A preocupação da Secretaria Municipal do Verde, do Executivo, quando nos manda esse projeto, para que a gente aprove essa lei, é justamente para que a gente traga a atribuição para a Secretaria, para que o plantio dessas mais de 10 mil árvores aconteça em São Paulo, para que nossa cidade, o nosso município, não perca 10 mil árvores, mas sim que elas sejam replantadas na cidade.

E, a título de informação, o corte que vai ser realizado são de 7.483 árvores, que são pinos, eucaliptos, árvores invasoras, ou seja, não são árvores nativas. De outro modo, haverá o plantio interno de 10.147 mudas de reflorestamento com altura de 1.3 metros, aí sim árvores nativas, ou seja, há uma substituição de árvores que são invasoras por árvores nativas, um reflorestamento que é feito prestigiando a cidade de São Paulo.

Então, nesse sentido, o projeto me parece adequado pela preocupação, primeiro, de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 79

REUNIÃO: 20911 DATA: 26/11/2024 FL: 38 DE 42

Esteve aqui, na primeira audiência, o pessoal da Cooperativa Chico Mendes de São Mateus, relatando que os caminhões que chegam lá não têm separação de lixo. Tem mais lixo orgânico do que lixo para poder ser reciclado. Então, nós precisamos sanar essas dúvidas. Essa Casa precisa ter essas informações. É só isso que nós estamos pedindo, para poder votar com consciência.

Ninguém está falando que o aterro não tem que existir, mas como, onde, em que condições, qual é o reparo que você faz para a população do entorno? Então, nós temos que discutir isso, só isso que nós queremos. Nós não queremos que ninguém fique com o lixo na porta da sua casa. Nós queremos educação ambiental, porque falta muito isso.

Sr. Presidente, eu sou técnico em plástico. Eu estou há 40 anos na indústria. É muito difícil você fazer conscientização de reciclagem em qualquer lugar.

A gente percebe, pelo menos durante o ano e meio que estou aqui, que, na Prefeitura de São Paulo, essa pauta não é constante. Porque essa pauta tem que ser diuturnamente discutida com o município, discutida com as pessoas, falando do que é preciso fazer na reciclagem, as pessoas têm que ter responsabilidade.

Agora nós temos um contrato de coleta de lixo que é gigantesco, que disse que ia contemplar isso e não contemplou.

Essas dúvidas, Presidente, para a próxima audiência, têm que estar claras para nós, porque, se não a gente vai ver o seguinte - viu, Haddad, eu não estou criando juiz de valor, não estou fazendo pré-julgamento - vai parecer que só se estava discutindo aqui a ampliação do aterro, independentemente de você avançar numa área de preservação ambiental, de você fazer uma derrubada de milhares de árvores em detrimento de um problema que a Prefeitura, não essa, ao longo de muitas décadas a gente não vê enfrentar, que é o problema dos resíduos sólidos.

Parece que todas as pessoas querem usar uma embalagem, Chico, sabe fazerem o quê? Jogarem-na no ar, e ela se desintegrar. Ninguém quer ter responsabilidade para que ela tenha outra destinação como o reuso. Mas o que a gente está vendo nesse Projeto de Lei, até

esse debate fosse feito neste momento, incluindo as pessoas de São Mateus. Se a concessão for ampliada, e o Governo vai ter a maioria para poder passar esse projeto de mudança de zona aqui, tenha pelo menos a capacidade de apresentar uma contrapartida real para o povo de São Mateus, nesse debate que a população está inserida. Se é contrapartida de investimento naquele território. Nós já votamos projetos aqui, Sr. Presidente, que vendeu um terreno lá do Hospital Santa Catarina, lá na região norte da cidade, que no projeto ficou estabelecido que o dinheiro proveniente daquela comercialização seria investido todo na região da Zona Norte.

Por que a gente não fala sobre isso na região da Zona Leste, principalmente no bairro de São Mateus? E é esse debate que eu queria deixar pautado aqui, Presidente. Eu conheço o trabalho prestado na Ecourbis, já visitei lá o centro. É uma coisa que nos impressiona, a grandeza daquilo, a destinação que lhes dá daquilo. A impressão que dá para os leigos é que é a destinação correta, a apresentação que nos fazem é que é correta, o serviço é bem-feito ali.

Entretanto, nos deixa muito preocupados no nosso bairro querido de São Mateus, continuar sendo por mais 20 anos, e agora devastando a nossa mata que tem lá, o pouco de área verde que tem lá, devastando para poder continuar sendo a lixeira de São Paulo. E aqui o juízo de valor é sobre a contrapartida. Além de tudo que foi falado aqui, porque todo mundo falou do meio ambiente e das árvores, eu quero falar do povo de São Mateus. E a contrapartida para esse povo?

Então, Prefeitura, senhores representantes, eu penso que o momento é agora de a gente fazer um debate de como, dentro deste projeto, a Prefeitura pode garantir que irá enxergar aquela população, aquele território, não só como a lata de lixo que eu mencionei aqui no princípio, mas sim um povo de direito que está ali abandonado, largado em várias comunidades que precisa dar atenção.

E, para isso, Presidente, não faltam lá possibilidades de investimento na área de infraestrutura, na área de urbanização de comunidades, na área de regularização fundiária, na área de investimento à saúde. Ali tem uma luta por uma UPA muito grande, do lado, e não sai do papel. Na área da saúde, na área da educação, na área do transporte, é tudo travado naquela

região. E, se a gente não fizer o debate agora, vamos fazer quando? Aproveitando esse momento que é tão importante, que as luzes estão colocadas aqui na Câmara Municipal para que a gente enxergue essa discussão de um tema tão vultuoso, vamos fazer quando?

Então, Presidente, eu queria deixar isso daqui pautado, porque nós não podemos perder a oportunidade ou ter o compromisso que a cidade vai discutir uma contrapartida para São Mateus, diante da eminência da aprovação desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Alessandro Guedes.

Agora sim, não havendo mais inscritos, nem nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública. Agradeço a presença de todos, e convido mais uma vez os presentes para a próxima audiência, no próximo dia 2 de dezembro.